



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PROCESSO SELETIVO **2013**



## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados da especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados da especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados da especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no  
 mundo em que vivemos. Esse direito foi desmantelado, antes  
 mesmo que pelos espíões, pela imprensa marrom e pelas  
 4 revistas cor-de-rosa, pela ferocidade dos debatedores políticos  
 — que, em sua ânsia de aniquilar o adversário, não hesitam em  
 expor à luz suas intimidades mais secretas — e por um público  
 7 ávido por invadir o âmbito do privado a fim de saciar sua  
 curiosidade com segredos de alcova, escândalos de família,  
 relações perigosas, intrigas, vícios, tudo aquilo que  
 10 antigamente parecia vedado à exposição pública. Hoje, a  
 fronteira entre o privado e o público se eclipsou e, embora  
 existam leis que na aparência protegem a privacidade, poucas  
 13 pessoas apelam para os tribunais a fim de reclamá-la, porque  
 sabem que as possibilidades de que os juízes lhes deem razão  
 são escassas. Desse modo, embora por inércia continuemos  
 16 utilizando a palavra **escândalo**, a realidade a esvaziou do seu  
 conteúdo tradicional e da censura moral que implicava e  
 passou a ser sinônimo de entretenimento legítimo.

Mário Vargas Llosa. **Aposentem os espíões**. Internet:  
 <www.observatoriodaimprensa.com.br> (com adaptações).

Acerca da organização das ideias e da estruturação linguística do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Na linha 1, o emprego do sinal indicativo de crase em “à privacidade” deve-se à presença do substantivo “direito”, cujo complemento deve ser introduzido pela preposição **a** e, como o núcleo desse complemento é um substantivo feminino determinado pelo artigo feminino **a**, este deve receber o acento grave.
- 2 O pronome “a” em “a esvaziou” (ℓ.16) retoma a expressão “a palavra **escândalo**” (ℓ.16) e exerce a função sintática de objeto.
- 3 Das ideias apresentadas no texto, depreende-se que, nas sociedades atuais, é tácito o rompimento da fronteira da privacidade, não mais havendo, portanto, o direito à impetração de ações na justiça sob a alegação de invasão de privacidade.
- 4 O texto está dividido em três partes — apresentação de tese, apresentação de argumentos e conclusão —, demarcadas, respectivamente, assim: “O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no mundo em que vivemos” (ℓ.1-2), “Esse direito (...) são escassas” (ℓ.2-15) e “Desse modo (...) entretenimento legítimo” (ℓ.15-18).
- 5 As relações semânticas textuais seriam mantidas caso, na linha 1, o vocábulo “já” fosse deslocado para imediatamente antes da expressão “faz tempo”.
- 6 A substituição de “continuemos” (ℓ.15) por **continuamos** não prejudicaria a coesão e a correção textual.

1 Uma pesquisa realizada em maio de 2001 pelo IBOPE  
 nas nove principais regiões metropolitanas brasileiras indicou  
 que apenas 20% da população estava conectada à rede mundial  
 4 de computadores. Dos conectados, somente 87% navegavam  
 por banda larga, conexão de alta velocidade. Apenas dois  
 países, Estados Unidos da América (EUA) e Canadá,  
 7 concentravam quase a metade do acesso mundial à Internet,  
 precisamente 41%. A sociedade rica usa com intensidade as  
 redes informacionais para se comunicar, armazenar e processar  
 10 informações, enquanto os países pobres e em desenvolvimento  
 têm suas populações distantes dos benefícios das redes  
 informacionais.

13 O cientista político canadense Arthur Kroker já havia  
 alertado, em 1994, sobre a constituição de uma nova classe  
 dirigente composta de administradores, formuladores e  
 16 executores da telemática, uma verdadeira classe virtual. Essa  
 nova elite comandaria uma sociedade partida entre *inforricos*  
 e *infopobres*. Sua hipótese se chocava com as inúmeras  
 19 promessas de que o mundo teria encontrado uma tecnologia  
 intrinsecamente incorporadora e democratizante.

Hoje, percebe-se que a tecnologia da informação não  
 22 está tornando a sociedade mais equânime; ao contrário, seu  
 rápido espraiamento pelo planeta está causando mais  
 desigualdade e dificuldade de superá-la.

BRASIL. Portal *Software Livre* no Governo do Brasil. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Internet: <www.softwarelivre.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às estruturas linguísticas e à organização das ideias do texto acima.

- 7 De acordo com o texto, a maioria da população brasileira tinha acesso à Internet em 2001.
- 8 Os vocábulos “Político”, “hipótese” e “rápido” seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- 9 No trecho “uma sociedade partida entre *inforricos* e *infopobres*” (ℓ.17-18), o prefixo “*info-*”, em ambas as ocorrências, poderia ser substituído por **tecno-** sem que houvesse alteração semântica ou sintática do texto.
- 10 No texto, o uso do futuro do subjuntivo em “comandaria” (ℓ.17) indica uma situação factual.
- 11 A forma verbal “navegavam” (ℓ.4) poderia ser usada no singular — **navegava** — sem prejuízo para a correção gramatical do texto.

1 Enquanto o Brasil se apressa para tentar aprovar uma  
 legislação que regule o uso da Internet após denúncias de  
 4 interceptação de dados no país pelo governo dos EUA,  
 especialistas divergem sobre a capacidade da Constituição e do  
 Código de Defesa do Consumidor nacionais de proteger a  
 7 privacidade dos usuários de redes sociais e de serviços de  
*email* e busca. Para um grupo de especialistas e professores de  
 direito, não há dúvidas de que é crime, pelas leis brasileiras, a  
 10 eventual entrega de informações de cidadãos a um governo  
 estrangeiro sem autorização legal local. Segundo eles, nem  
 mesmo a anuência com os termos de adesão de redes como  
 Facebook e Twitter ou de serviços como o Gmail, do Google,  
 13 que pressupõem armazenagem e processamento de informação  
 nos EUA, tornaria legal a transmissão de dados ao governo  
 norte-americano.

16 Sobre a suposta espionagem norte-americana, Ronaldo  
 Lemos, colunista da Folha e fundador do Centro de Tecnologia  
 e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro,  
 19 afirma que “a questão ultrapassa o campo jurídico e vai para o  
 de política internacional” e mostra as complexidades para os  
 Estados nacionais legislarem sobre a rede. No Brasil, o tema  
 22 envolve não só leis, mas também a infraestrutura de  
 comunicações, como centros armazenadores de dados e  
 condições de gerenciar o tráfego de informações.

Flávia Marreiro e Isabel Fleck. **Falta de legislação  
 brasileira para a Web gera dúvida.** Internet:  
 <<http://www1.folha.uol.com.br>> (com adaptações).

Julgue os próximos itens com relação à estrutura linguística e à  
 organização das ideias do texto acima.

- 12 No segundo parágrafo, o emprego das aspas marca a mudança  
 de discurso do autor do texto.
- 13 As formas verbais “afirma” (ℓ.19) e “mostra” (ℓ.20) são  
 núcleos de predicados de orações que mantêm relação de  
 justaposição e contam com o mesmo sujeito: “Ronaldo Lemos”  
 (ℓ.16-17).
- 14 Na linha 1, o pronome “se” é elemento integrante da forma  
 verbal pronominal “apressa” e indica reciprocidade.
- 15 Na linha 8, mantêm-se as relações sintáticas e semânticas do  
 texto ao se deslocar o termo “pelas leis brasileiras” para depois  
 de “que” e antes de “é crime”, com as devidas adaptações de  
 pontuação.

Julgue os seguintes itens de acordo com o **Manual de Redação da  
 Presidência da República** (MRPR).

- 16 O chefe de determinada seção administrativa pode expor sua  
 convicção a respeito de uma demanda em um documento  
 oficial, desde que utilize a linguagem impessoal e se  
 comunique em nome do serviço público.
- 17 Os pronomes de tratamento, apesar de se referirem à segunda  
 pessoa gramatical, levam a concordância para a terceira  
 pessoa. Do mesmo modo, os adjetivos referentes a esses  
 pronomes também fazem a concordância no gênero do  
 pronome, ou seja, no gênero feminino.
- 18 Impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da  
 linguagem formal são princípios que se aplicam às  
 comunicações oficiais, pois elas sempre devem permitir uma  
 única interpretação.

Com base nas definições do MRPR sobre o formato das  
 comunicações oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 19 O memorando, modalidade de comunicação entre unidades de  
 um mesmo órgão, tem como principal característica a rapidez  
 e a simplicidade de procedimentos burocráticos.
- 20 Com a finalidade de tratar sobre assuntos oficiais, foram  
 criados o aviso e o ofício, modalidades praticamente idênticas,  
 sendo que o ofício tem a finalidade de informar o cidadão  
 sobre decisões da administração pública que venham a  
 interferir em sua vida, enquanto que o aviso tem a finalidade de  
 informar quando tais decisões serão executadas.

Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias  
 fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988 (CF),  
 julgue os itens a seguir.

- 21 A CF assegura autonomia aos partidos políticos para definirem  
 sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes  
 permitido, inclusive, adotar os critérios de escolha e o regime  
 de suas obrigações eleitorais.
- 22 A CF, entre outras condições, estabelece, como requisito para  
 a elegibilidade, que o cidadão saiba ler e escrever o seu próprio  
 nome.
- 23 A participação popular, por intermédio do plebiscito, consiste  
 na participação direta do povo no exercício da soberania  
 popular.
- 24 Não poderá ser objeto de deliberação de reforma política pela  
 via do plebiscito o pluralismo político em sentido amplo, que  
 é entendido como a diversidade político-partidária.
- 25 O plebiscito, consistente em consulta prévia formulada ao  
 cidadão para que ele manifeste sua concordância ou não com  
 ato legislativo; o referendo, consulta realizada posteriormente  
 à edição do ato legislativo; e a iniciativa popular, procedimento  
 no qual a população exige, mediante o exercício do direito de  
 manifestação, modificações no ordenamento jurídico, são  
 formas de exercício da soberania popular.

Julgue os itens a seguir, referentes à separação dos poderes.

- 26 A independência entre os poderes é limitada, haja vista que a  
 CF prevê a interferência legítima de um poder sobre o outro,  
 nos limites estabelecidos constitucionalmente.
- 27 Embora a independência dos poderes seja limitada, a CF não  
 admite que o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário exerçam  
 competência típica do Poder Executivo.

Durante a realização da Copa das Confederações, o Brasil conviveu com ondas de manifestações ligadas aos reajustes no transporte público, e que, aos poucos, canalizou insatisfações das mais diversas, da qualidade do ensino à corrupção.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao direito à liberdade de expressão e de reunião e à proteção constitucional a esse direito.

- 28** Caso o Estado impeça, de forma ilegítima, o direito de reunião, qualquer cidadão poderá utilizar do remédio constitucional denominado *habeas corpus*, tendo em vista restrições no seu direito de locomoção.
- 29** A CF garante aos cidadãos, de modo irrestrito, a liberdade de realizarem reuniões em locais abertos ao público.
- 30** O STF considera que a defesa, em espaços públicos, da legalização das drogas ou da abolição de qualquer outro tipo penal é amparada pelo exercício legítimo do direito à livre manifestação do pensamento, propiciada pelo exercício do direito de reunião.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, julgue os próximos itens.

- 31** A exploração dos serviços de telecomunicações compete exclusivamente à União, que poderá realizá-la de forma direta ou mediante autorização, concessão ou permissão.
- 32** No âmbito da competência legislativa concorrente, competirá aos municípios o exercício da competência suplementar à legislação federal e municipal, desde que relacionada a assuntos de interesse local.
- 33** Ao Distrito Federal, além de outras competências, caberá a exploração de gás canalizado e a prestação de serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.
- 34** Os estados-membros, no âmbito de sua competência suplementar, poderão explorar, diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.

Julgue os itens que se seguem, relativos à administração pública e aos servidores públicos.

- 35** Todos os direitos sociais previstos para os trabalhadores urbanos ou rurais são extensíveis aos servidores públicos da administração pública federal.
- 36** É vedado à administração pública promover a publicidade de atos e programas de governo, com a exceção daquela que tenha caráter informativo.
- 37** As ações de ressarcimento decorrentes de ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário serão imprescritíveis.

Com referência ao Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

- 38** Os atos do presidente da República que atentem contra a probidade da administração serão considerados crimes de responsabilidade, definidos em lei especial, e serão julgados pelo Senado Federal, após admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.
- 39** O projeto de lei específica que vise à diminuição da remuneração dos servidores públicos violará o princípio da irredutibilidade salarial, previsto no capítulo que regulamenta os direitos sociais.
- 40** O candidato a presidente da República será eleito quando alcançar a maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco e os nulos.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 41** As penalidades aplicáveis pela comissão de ética incluem a advertência informal, a advertência formal e a censura ética, que devem ser informadas aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores para instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- 42** A negativa de tornar público um ato administrativo enseja comprometimento ético contra o bem comum, por parte do servidor responsável pela omissão, exceto nos casos justificáveis que envolvam segurança nacional, investigação policial ou interesse superior do Estado e da administração pública.
- 43** O servidor não deve obediência absoluta aos superiores hierárquicos, cabendo-lhe negar a prática de atos que visem beneficiar terceiros com favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas.
- 44** Não se considerará servidor público, para fins de apuração de comprometimento ético, aquele que, por força de ato jurídico, preste serviços de natureza temporária e gratuita ao Ministério das Comunicações.
- 45** O servidor no exercício de suas funções públicas deverá preocupar-se com valores de natureza ética como legalidade, justiça, conveniência e honestidade.

Acerca da estrutura organizacional do Ministério das Comunicações (MC), julgue os itens a seguir.

- 46** Considere que o ministro das Comunicações não tenha compreendido com exatidão determinada lei e a tenha submetido à Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União (AGU) para interpretação. Nessa situação, caberá à Consultoria Jurídica da AGU fixar a interpretação da lei a ser uniformemente seguida no âmbito do MC e das entidades a ele vinculadas, quando não houver orientação normativa do advogado-geral da União.
- 47** Caso o Congresso Nacional aprove requerimento de informações destinado ao MC, caberá à Secretaria Executiva do MC providenciar o atendimento.
- 48** A Agência Nacional de Telecomunicações é uma autarquia especial que, embora esteja vinculada ao MC, possui autonomia administrativa.

Em relação às disposições acerca da estrutura organizacional do MC, julgue os itens subsequentes.

- 49** Se uma empresa privada requerer licença para instalação e funcionamento de estação de serviço de radiodifusão, caberá ao Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica expedir-la.
- 50** Considere que determinada empresa prestadora de serviço tenha cometido infração relativa a serviços de radiodifusão. Nessa situação, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a instauração de procedimento administrativo para apurar a infração, embora não possua autonomia para instaurá-lo.